

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE – 10H00

Audição da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet Portugal, a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PCP:

**Dra. Ana Couto Olim – Diretora-Geral
Dr. Ricardo Bernardes – Subdiretor-Geral
Dra. Paula Fernandes – Diretora de Serviços
Dr. João Caiado – Conciliador**

II PARTE – 11H15

Audição da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet Portugal, a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PCP:

**Dra. Fernanda Campos – Inspetora-Geral
Dra. Ernestina Silva – Diretora de Serviços**

III PARTE – 12H30

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 50, de 19 de abril de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 37/XV/1.ª](#) — Enfermeiros - Pelo direito do acesso ao estatuto de Profissão de Alto Risco e de Desgaste Rápido, da iniciativa de Eduardo Bernardino e outros (com 31.875 assinaturas);
Relatora: Deputada Ana Isabel Santos (PS)**
4. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo [Grupo Parlamentar do CH](#) para audição do Ministro da Saúde e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com carácter de urgência, em reunião conjunta com a Comissão de Saúde, sobre as listas de espera para acesso a junta médica e o pagamento de retroativos na sequência de atribuição de atestado de incapacidade multiuso;**
 - **Requerimento apresentado pelo [Grupo Parlamentar do PCP](#) para a realização, com carácter de urgência, de audições sobre os atrasos na realização de juntas médicas, em conjunto com a Comissão de Saúde, às seguintes entidades:**
 - **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**
 - **Provedora de Justiça;**
 - **Associação Portuguesa de Deficientes;**
 - **Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência;**
 - **Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (Fenacerci);**
 - **Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral;**
 - **Federação Portuguesa das Associações de Surdos;**
 - **Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO);**
 - **Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos (Amorama).**
5. **Outros assuntos.**



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

Na impossibilidade de a Senhora Presidente Isabel Meirelles estar presente, os trabalhos foram conduzidos pela Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Ana Bernardo, que abriu a reunião cumprimentando todos os presentes, e entrando-se de imediato na apreciação da ordem do dia, nos seguintes termos:

I PARTE – 10H00

Audição da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet Portugal, a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PCP:
Dra. Ana Couto Olim – Diretora-Geral
Dr. Ricardo Bernardes – Subdiretor-Geral
Dra. Paula Fernandes – Diretora de Serviços
Dr. João Caiado – Conciliador

A Senhora Presidente em exercício saudou os representantes da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) ali presentes, em especial a Senhora Diretora-Geral, Dra. Ana Couto Olim, agradecendo-lhes a presença. Depois de enquadrar o objeto e de explicitar a metodologia a adotar, deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), que apresentou o requerimento que motivou a audição, seguindo-se a resposta inicial da Senhora Diretora-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

Na ronda de intervenções, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando José (PS), Helga Correia (PSD), Jorge Galveias (CH), Manuel Loff (PCP) e Isabel Pires (BE), tendo a Senhora Diretora-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho respondido, no final da ronda, ao conjunto das questões colocadas pelos Senhores Deputados, e prestando ainda esclarecimentos adicionais, no seguimento de questões adicionais formuladas pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do PCP.

No final, a Senhora Presidente em exercício despediu-se da Senhora Diretora-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e restante delegação, agradecendo-lhes a disponibilidade para responderem às perguntas dos Senhores Deputados.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

A [audição](#) foi registada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

Após breve interrupção dos trabalhos, a reunião foi retomada nos seguintes termos:

II PARTE – 11H15

Audição da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), sobre a greve dos trabalhadores da EasyJet Portugal, a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PCP:
Dra. Fernanda Campos – Inspetora-Geral
Dra. Ernestina Silva – Diretora de Serviços

A Senhora Presidente em exercício começou por enquadrar o objeto da audição, cumprimentando, depois, a Dra. Fernanda Campos, Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), e a Dra. Ernestina Silva, Diretora de Serviços da ACT. Depois de explicar, de novo, a metodologia a adotar, deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) para apresentar o requerimento que motivou a realização da audição.

Logo após a apresentação do requerimento, teve lugar a intervenção inicial da ACT, pela pessoa da Senhora Inspetora-Geral, Dra. Fernanda Campos, que foi seguida da ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, na qual usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando José (PS), Helga Correia (PSD), Manuel Loff (PCP) e Isabel Pires (BE). No final da ronda, a Senhora Inspetora-Geral da ACT respondeu ao conjunto das intervenções dos Grupos Parlamentares.

Antes de dar a audição por concluída, a Senhora Presidente em exercício agradeceu à Senhora Inspetora-Geral da ACT a sua presença, bem como os esclarecimentos prestados.

A audição foi objeto de gravação em [suporte vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

III PARTE – 12H30

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

Entrou-se então na derradeira parte da reunião, que se desenrolou de acordo com a respetivo Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 50, de 19 de abril de 2023;

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares (GP) da IL e do BE.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) foi designado como autor do parecer setorial da CTSSI sobre a Proposta de Lei n.º 73/XV/1.ª (GOV) - [Aprova as Grandes Opções para 2023-2026](#), a remeter à Comissão de Orçamento e Finanças até 5 de março.

**3. Discussão e votação do relatório sobre a [Petição n.º 37/XV/1.ª](#) — Enfermeiros - Pelo direito do acesso ao estatuto de Profissão de Alto Risco e de Desgaste Rápido, da iniciativa de Eduardo Bernardino e outros (com 31.875 assinaturas);
Relatora: Deputada Ana Isabel Santos (PS)**

A Senhora Deputada Ana Isabel Santos (PS) procedeu à apresentação do relatório sobre a petição em epígrafe, dissertando sobre a pretensão enunciada e o seu objeto e aludindo às diligências efetuadas e aos antecedentes parlamentares. Reservando a sua opinião para a discussão em Plenário, concluiu pela verificação de todos os requisitos inerentes à tramitação e pelo envio da petição e do relatório ao Senhor Presidente da Assembleia da República, não sem que antes fosse dado conhecimento à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), ao Senhor Ministro da Saúde e aos Grupos Parlamentares e Deputados Únicos Representantes de Partido. Depois de o GP do PSD ter solicitado que pudesse constar do documento uma hiperligação para a audição de peticionários, concretizada a 23 de março de 2023, ou em alternativa, que pudesse ser junta a respetiva súmula, a mesma foi distribuída por todos os membros da Comissão ainda durante esta reunião.

Desta forma, e com o devido agradecimento da Senhora Presidente em exercício pelo trabalho realizado, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP da IL e do BE.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH para audição do Ministro da Saúde e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com carácter de urgência, em reunião conjunta com a Comissão de Saúde, sobre as listas de espera para acesso a junta médica e o pagamento de retroativos na sequência de atribuição de atestado de incapacidade multiuso;

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para a realização, com caráter de urgência, de audições sobre os atrasos na realização de juntas médicas, em conjunto com a Comissão de Saúde, às seguintes entidades:
 - Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
 - Provedora de Justiça;
 - Associação Portuguesa de Deficientes;
 - Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência;
 - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (Fenacerci);
 - Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral;
 - Federação Portuguesa das Associações de Surdos;
 - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO);
 - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos (Amorama).

Neste ponto, começou por ser concedida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Galveias (CH), que deu nota da urgência e da relevância desta audição conjunta, sublinhando que, neste mesmo âmbito, a ida do Senhor Ministro da Saúde à 9.ª Comissão havia sido rejeitada, o que no seu entender não se compreendia, dado o evidente colapso das juntas médicas, que são essenciais para o exercício de direitos legalmente atribuídos, através da emissão do atestado multiúso, desde logo para as pessoas com deficiência e doentes oncológicos. Posto isto, divulgou o caso de doentes que aguardavam mais de 3 anos para comparecerem perante a respetiva Junta Médica, quando o prazo máximo se cifrava em 60 dias, acrescentando que na Unidade de Saúde Pública (USP) de Lisboa Central não se conseguia sequer atender o telefone, estando os serviços ocupados a tramitar processos antigos.

Assim, fazendo referência ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março](#), que estabeleceu medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID 19, assinalou que o problema tinha sido reportado pela Senhora Provedora de Justiça à então Senhora Ministra da Saúde, Marta Temido, sem que tivesse sido até agora resolvido, computando o tempo médio de espera em 3 anos e 5 meses, o que era de todo inaceitável. A isto acrescia também que a Segurança Social se recusava a atribuir valores retroativamente, desde o surgimento da incapacidade. Por fim, e quanto ao requerimento do GP do PCP, propugnou que se pudessem igualmente ouvir sobre

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

esta temática a Associação de Apoio a Pessoas com Cancro e a Liga Portuguesa contra o Cancro.

Por sua vez, o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) esclareceu que o requerimento do seu Grupo Parlamentar estava especificamente centrado nas pessoas com deficiência, já que a incapacidade devia ser necessariamente comprovada por junta médica, estando essa garantia posta em causa, na medida em que, se a lei fixava 60 dias como prazo máximo, na prática os utentes aguardavam mais de dois anos. Isto posto, lembrou as queixas que tinham chegado à Provedoria de Justiça a este propósito, considerando ainda que se justificava ouvir os esclarecimentos da Senhora MTSSS, não podendo os responsáveis governamentais e os organismos públicos escudar-se numa interpretação minimalista das suas atribuições e funções.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado Fernando José (PS), que lembrou que, a requerimento do GP do PSD, se realizara um debate de urgência em Plenário há menos de duas semanas precisamente sobre este tema, no qual haviam sido prestados todos os esclarecimentos necessários, não se registando assim qualquer novidade que fundamentasse a vinda da Senhora MTSSS ao Parlamento. De igual modo, assinalou que a Senhora Provedora de Justiça seria ouvida em breve na 1.ª Comissão, ao abrigo do artigo 238.º do [Regimento da Assembleia da República \(RAR\)](#), momento em que as diferenças forças partidárias poderiam colocar todas as questões sobre este e outros assuntos. Já quanto às demais entidades elencadas pelo GP do PCP, e bem assim as que o GP do CH acrescentara verbalmente ao seu requerimento nesta reunião, sugeriu que as mesmas pudessem ser ouvidas, sim, mas no Grupo de Trabalho – Inclusão e Pessoas com Deficiência (GT-IDPD) desta 10.ª Comissão. Desta forma, anunciou que o seu Grupo Parlamentar votaria contra ambos os requerimentos.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) deu conta que a Comissão de Saúde aprovara um requerimento neste mesmo âmbito, questionando a divergência dos sentidos de voto do GP do PS nas duas Comissões. Já o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) enfatizou que se tratava de uma matéria extraordinariamente séria, que devia ir além do GT-IDPD, lamentando nova oposição por parte do GP do PS.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

Foi então concedida a palavra à Senhora Deputada Helga Correia (PSD), que adiantou que o seu Grupo Parlamentar votaria a favor dos requerimentos, salientando que, ao contrário do afirmado pelo GP do PS, a Senhora MTSSS não prestara esclarecimentos cabais em Plenário, para além das declarações da Senhora Secretária de Estado da Inclusão (SEI) serem contrariadas pela [Proposta de Lei n.º 45/XV/1.ª \(GOV\)](#), que visava a revogação, entre outros diplomas, da [Lei n.º 14/2021, de 6 de abril](#), que havia estabelecido o «Regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para os doentes oncológicos». Por conseguinte, não deixou de alegar que a emissão dos atestados com 2 a 3 anos de atraso implicava sérios prejuízos para os beneficiários, nomeadamente sociais e fiscais, tratando-se de uma necessidade premente na vida de todos, e bem assim que a relevância desta matéria justificava a realização das audições em Comissão e não no GT-IDPD, até porque algumas destas associações já haviam sido recebidas nesta sede. Por último, discordou igualmente do referido quanto à Senhora Provedora de Justiça, visto que a referida audição da 1.ª Comissão se destinava à apresentação do seu relatório anual, concluindo que a Provedoria fora a primeira instituição a alertar para esta situação, pelo que era essencial ouvir todas as entidades arroladas.

Depois de o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) ter aludido a um exemplo concreto e de o Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) ter reiterado a referência à aprovação na Comissão de Saúde, estranhando, ainda assim, que se remetesse a audição da Senhora Provedora para a 1.ª Comissão e que se repetisse a audição das entidades no GT-IDPD, o Senhor Deputado Fernando José (PS) aduziu que não via onde estava o insólito da posição do seu Grupo Parlamentar, tendo em conta que os esclarecimentos foram prestados, mesmo que o GP do PSD pensasse de forma diferente, e também que o que se pretendia era valorizar os Grupos de Trabalho constituídos na esfera da 10.ª Comissão, não existindo nenhuma discriminação ou menorização das demais entidades. Por outro lado, ressaltou que todos os partidos poderiam, querendo, colocar as perguntas que desejassem à Senhora Provedora na 1.ª Comissão, tal como, aliás, sucedera nas audições referentes à EasyJet realizadas na primeira e segunda parte desta reunião.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

Sem prescindir, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) não deixou de lamentar a decisão do GP do PS, frisando que se tratava de uma matéria muito importante, salientando que o seu Grupo Parlamentar a trouxera à discussão das mais diversas formas. Reforçou ainda que a matéria envolvia as Comissões de Saúde e de Segurança Social, sendo agora de admirar que a mesma fosse remetida apenas para a Comissão de Saúde. Não obstante, recusou que o debate de urgência requerido pelo GP do PSD justificasse a ventilada rejeição dos requerimentos e que mais uma vez o PS deixava as pessoas para trás, rejeitando inclusive projetos de resolução sobre a matéria.

Replicou o Senhor Deputado Fernando José (PS) que o voto contra não podia significar que o seu Grupo Parlamentar deixava as pessoas para trás, contrapondo que caminhavam lado a lado com os portugueses, e acrescentando que fora transmitido em Plenário o que estava a ser feito neste campo.

Deste modo, submetidos a votação, o requerimento do GP do CH foi rejeitado com os votos contra do PS, a favor do PSD e do CH e a abstenção do PCP, enquanto o requerimento do GP do PCP foi rejeitado com os votos contra do PS e a favor do PSD, do CH e do PCP.

5. Outros assuntos.

No que concerne à visita da Comissão à Região Autónoma dos Açores, a Senhora Presidente em exercício apelou a que os Grupos Parlamentares ainda em falta pudessem indicar os membros que integrariam a delegação com a maior brevidade possível.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:01 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de maio de 2023.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

A VICE-PRESIDENTE

(ANA BERNARDO)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 51/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Manuel Loff (PCP)
Isabel Pires (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria da Luz Rosinha (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Carla Madureira (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paula Reis (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Cerqueira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Carla Castro (IL)
Olga Silvestre (PSD)